



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	412783/2021
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
CNPJ:	24.772.253/0001-41
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	CARLOS ALBERTO CAPELETTI
RELATOR:	SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	TAPURAH
NÚMERO OS:	4559/2022
EQUIPE TÉCNICA:	MAURO ANDRE BORGES



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DA DEFESA	1
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	13
4. CONCLUSÃO	14
4.1. RESULTADO DA ANÁLISE	14
APÊNDICE - A - Defesa - FUNDEB 70 - Fonte 01	16



1. INTRODUÇÃO

Trata o presente relatório da análise da Defesa encaminhada pelo Prefeito Municipal de Tapurah no Documento Digital nº 156190/2022, acerca das irregularidades apontadas no relatório preliminar das Contas Anuais de Governo de 2021 da Prefeitura Municipal de Tapurah (Documento Digital nº 143876/2022).

2. ANÁLISE DA DEFESA

Passa-se à análise da Defesa apresentada pelo Prefeito Municipal de Tapurah no Documento Digital nº 156190/2022.

CARLOS ALBERTO CAPELETTI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_99. Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) *Aplicação na remuneração dos profissionais da educação básica em percentual inferior a 70% dos recursos do FUNDEB.* - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Não foi atendido o percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica. O percentual aplicado foi de 68,06%.

Manifestação da defesa:

A Defesa alega que a Lei Complementar Federal nº 173/2020 impossibilitou o município de promover as concessões de Revisão Geral Anual dos Professores da Educação, bem como de promover a expansão da demanda necessária de pessoal. Menciona a Resolução de Consulta nº 18/2021 - TP, deste Tribunal, que trouxe o seguinte entendimento, em especial, nos itens 7, 8 e 9. Vejamos:

"RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18/2021 – TP

Ementa: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ. CONSULTA. EDUCAÇÃO. REMUNERAÇÃO. FUNDEB. 70% PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO. DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 212-A, XI, CF/1988). SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE AS INFRACONSTITUCIONAIS (LC 173/2020 E LEI 14.113/2020). POSSIBILIDADE



DE AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL EXCLUSIVAMENTE PARA ESSES PROFISSIONAIS. INCREMENTO DE DESPESAS E ABONOS. POSSIBILIDADE INDEPENDENTE DE NORMA ANTERIOR AO PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO.

1) As vedações impostas pela LC 173/2020, não podem se sobrepor à determinação constitucional de aplicação mínima de 70% dos recursos do Fundeb na valorização e remuneração dos profissionais da educação básica.

2) É possível o aumento de despesas com pessoal, durante o período de vedação da LC 173/2020, exclusivamente para contemplar os profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme prevê o artigo 212-A, da Constituição Federal, acrescido pela EC 108/2020, em razão do princípio da Supremacia da Norma Constitucional, desde que observados os limites e controles para a criação e aumento da despesa com pessoal previstos no ordenamento jurídico.

3) As vedações do art. 8º da Lei Complementar 173/20 não podem obstar a obrigação constitucional de aplicação dos 70% dos recursos do Fundeb em remunerações dos profissionais da educação básica, ainda que, para atingi-lo, seja necessário, conceder reajuste ou revisão de remuneração, conceder ou majorar abonos salariais ou 14º salário, conceder progressão ou promoção funcional, ou alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa no período compreendido entre 28/05/20 e 31/12/21.

4) A concessão de reajuste para atendimento ao piso salarial nacional dos profissionais da educação básica, enquadra-se na hipótese excepcional de determinação legal anterior à calamidade, tratando-se de um direito resguardado decorrente da Lei 11.738/2008.

5) É possível outras formas de reajustes para a categoria de profissionais da educação básica que ultrapassem o piso nacional, sendo imprescindível, para a não incidência das vedações da LC 173/2020, que eventuais medidas que aumentem a despesa com pessoal sejam adotadas exclusivamente com o objetivo de atender ao disposto no art. 212-A, XI, da Constituição da República.

6) Para conferir efetiva aplicabilidade da norma constitucional é possível o pagamento de abono aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, em caráter provisório e excepcional, quando a medida tiver o objetivo de assegurar aos referidos profissionais a percepção de, no mínimo, 70% dos recursos anuais do Novo Fundeb, necessitando de lei autorizativa específica, que deve dispor sobre o seu valor, forma de pagamento e critério de partilha.

7) Diante das dificuldades de cumprir com a fração mínima de 70% do Fundeb para valorização e remuneração dos profissionais da educação básica em 2021, o administrador público deve adotar medidas que melhor acomodem o cumprimento do percentual mínimo, a exemplo do pagamento de indenizações e concessão de adicionais decorrentes de direitos adquiridos.

8) O descumprimento do mínimo constitucional de aplicação dos 70% Fundeb na valorização dos profissionais da educação básica no exercício de 2021, diante da comprovação de que o gestor público adotou medidas para evitar tal situação, deve ser ponderado pelo Tribunal de Contas com base nos princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, conforme determinação do art. 22, caput, da LINDB.



9) O não atingimento do mínimo constitucional na valorização e remuneração dos profissionais da educação básica deverá ser justificado e comprovado pelo gestor no momento da prestação de contas a este Tribunal de Contas."
(destacado)

Segundo a Defesa, os itens 7, 8 e 9 dessa Resolução de Consulta se sustentam nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que, em caso de descumprimento da aplicação dos 70% da Receita do FUNDEB, tendo o gestor buscado meios de atingir tal percentual obrigatório, não ensejaria a reprovação de suas contas.

Segue afirmando que o percentual de aplicação de recursos do FUNDEB na remuneração e valorização dos profissionais da educação básica superou os 70%, pois foram realizados empenhos referentes ao FUNDEB 70%, **erroneamente na Fonte 01**, no montante de R\$ 488.055,69. Por se tratar de despesas do FUNDEB 70%, não consideradas no Relatório Preliminar, segundo a Defesa, devem ser adiionadas ao montante das despesas do FUNDEB consignadas naquele relatório e o percentual de aplicação ajustado em função da adição desse valor. A figura a seguir, extraída das alegações de Defesa, consigna o valor mencionado. Vejamos:

NÚM.LIQ/ANO	NÚM.EMP/ANO	DATA	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
RESUMO POR FONTE DE RECURSOS					
27/08/2021					
0101000000			RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO -		
				ANULADO	LIQUIDACAO
				0,00	488.055,69

Conclui alegando que após tais considerações o percentual de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração e valorização dos profissionais da educação básica supera os 70% da Receita do FUNDEB, motivo pelo qual pede o afastamento da irregularidade.

Análise da defesa:

Inicialmente, vale destacar que, de acordo com o Quadro 7.8 - Indicadores do FUNDEB do relatório preliminar, o valor aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica foi de R\$ 7.723.176,31, o que correspondeu a 68,06% da Receita Base do FUNDEB que foi de R\$ 11.346.396,83. Vejamos:



Quadro 7.8 - Indicadores do Fundeb

Indicador	Valor Aplicado (R\$)	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI. Fontes 18, 19 e 31. Função 12. Subfunções 361 e 365. Natureza de despesa 1. (Mínimo 70%) (A)	R\$ 7.723.176,31	R\$ 11.346.396,83	68,06%	IRREGULAR
Aplicação da complementação da União em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI). Fonte 31. Função 12. Categoria Econômica 4 (Mínimo 15%) (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 31. Subfunção 365. (Mínimo de 50%) (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR

Diante da alegação da Defesa de que não foi computado o montante de R\$ 488.055,69 aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica **empenhado erroneamente na Fonte 01**, Função 12 e Natureza de Despesa 1, fez necessário verificar no APLIC>Despesas>Empenhos se o montante empenhado, segundo esses parâmetros, correspondeu ao montante informado pela Defesa. De acordo com o Aplic, o montante empenhado erroneamente na Fonte 01, foi de R\$ 454.118,61 e não R\$ 488.055,69 como informado pela Defesa; e, embora empenhado na Fonte 01 trata de despesas com a remuneração dos profissionais da educação básica, devendo ser somado ao montante de R\$ 7.723.176,31, consignado no relatório preliminar. O Apêndice A deste relatório de Defesa traz o detalhamento dessas despesas alocadas erroneamente.

Assim, o valor total aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica passa a ser de R\$ 8.177.294,92, passando a corresponder a 72,07% da Receita Base do FUNDEB. Vejamos:



Quadro 7.8 - Indicadores do FUNDEB após análise da Defesa	
Indicador	Valor Aplicado (R\$)
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI. Fontes 18, 19 e 31. Função 12. Subfunções 361 e 365. Natureza de despesa 1. (Mínimo 70%) - Quadro 7.8 do relatório preliminar (A)	R\$ 7.723.176,31
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI. Erroneamente alocado na Fonte 01. Função 12. Subfunções 361 e 365. Natureza de despesa 1. (Mínimo 70%) - Após alegações de Defesa (B)	R\$ 454.118,61
Remuneração total dos profissionais da educação básica (C = A + B)	R\$ 8.177.294,92
Receita Base do FUNDEB (D)	R\$ 11.346.396,83
Percentual de Aplicação (após análise da Defesa) - (E = C/D)	72,07%
SITUAÇÃO	REGULAR

Assim, o percentual mínimo de 70% foi atingido, motivo pelo qual **considera-se sanada a irregularidade.**

Situação da análise: **SANADO**

2) CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

2.1) *Inconsistência do Balanço Orçamentário da Prestação de Contas de Governo caracterizada pela divergência de valores da Dotação Inicial e Atualizada da Despesa constante nesse Demonstrativo e o informado no Sistema Aplic.* - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (fl. 5 do Documento Digital nº 110756/2022) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 84.194.391,90, apresentando valor superior ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas que, conforme informações do Sistema Aplic, foi de R\$ 84.169.391,90.

Considerando a obrigatoriedade de envio de todas as alterações orçamentárias e suas respectivas autorizações nas prestações de contas mensais encaminhadas ao TCE-MT, conclui-se pela existência de registros contábeis incorretos que comprometeram a consistência do Balanço Orçamentário.

Manifestação da defesa:

A Defesa alega que ao lançar as informações do RPPS, manualmente, para consolidação do Balanço, houve o equívoco que gerou a divergência apontada. Informa que foi realizada a correção e que o Anexo foi



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

reenviado no Aplic (Protocolo nº 138.316-7/2022 e substituído no Portal Transparência (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/balanco_anual). Com base nessas alegações pede o afastamento da irregularidade.

Análise da defesa:

Em consulta ao Aplic e Portal Transparência (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/balanco_anual) constatarem-se tais correções, conforme podemos atestar nas telas abaixo:

APLIC (Módulo Auditor) - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH - CNPJ: 247723300141 - [Consulta aos Documentos das Contas de Governo]

Sistema | Página de Planejamento | Prestação de Contas | Informações Mensais | Informações Egras Imediatas | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Consulta aos Documentos das Contas de Governo

1. Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Seleção por recebimento: Todos

Resumo da consulta	Exercício Documento	Mês Comp Documento	Código Tipo Descrição	Arquivo PDF	Publicação
0000000000/2021	2021	20	1. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno	DO_202120_006801.PDF	0
0000000002/2021	2021	20	2. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Anexo I	DO_202120_006805.PDF	0
00000000014/2021	2021	20	14. Cláusula de encerramento	DO_202120_006806.PDF	0
00000000016/2021	2021	20	16. Relatório com informações acerca do montante dos recursos aplicados na execução de cada um dos programas incluídos no orçamento	DO_202120_006807.PDF	0
00000000017/2021	2021	20	17. Balanço Orçamentário (Anexo I 2) consolidado	DO_202120_00712.PDF	0
00000000022/2021	2021	20	11. Balanço Orçamentário (Anexo I 2) consolidado	DO_202120_00712.PDF	0

Consulta de Arquivos Recebidos

1. Clique com o botão direito do mouse sobre o arquivo DO_202120_01712.PDF

Arquivos localizados | Arquivo PDF

Ferramentas | Preencher e assinar | Comentário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Total da Inicial	Total da Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)=(B)-(F)
Despesas Correntes (20)	63.494.000,00	68.379.823,46	56.495.430,46	56.568.851,46	54.831.157,06	3.548.672,40
Despesas de Capital (21)	37.915.495,00	39.244.894,91	33.536.895,32	33.536.895,32	33.536.713,03	5.708.091,88
Despesas de Inversões (22)	34.480,00	34.480,00	34.480,00	34.480,00	34.480,00	0,00
Despesas de Transferências (23)	24.136.755,00	29.075.387,57	22.878.045,54	20.946.472,13	20.858.868,00	8.217.919,57
Despesas de Capital (24)	7.176.379,00	13.676.688,42	6.633.882,00	5.135.448,82	4.445.935,15	9.230.753,30
Despesas de Capital (25)	6.446.000,00	12.842.270,00	5.513.700,00	4.401.280,00	3.209.160,00	9.633.090,00
Despesas de Capital (26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (27)	734.379,00	734.379,00	734.379,00	734.379,00	734.379,00	0,00
Despesas de Capital (28)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Despesas de Capital (29)	2.494.000,00	5.015.000,00	0,00	0,00	0,00	5.015.000,00
Despesas de Capital (30)	72.883.523,04	84.105.315,90	63.093.500,51	55.644.496,30	56.863.993,13	28.441.322,77
Despesas de Capital (31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (33)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (35)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (37)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (38)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (39)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (46)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (47)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (48)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (49)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (50)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (54)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (56)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (57)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (58)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (59)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (60)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (61)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (62)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (63)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (64)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (65)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (66)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (69)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (70)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (72)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (74)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (75)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (77)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (78)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (79)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (84)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (86)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (87)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (88)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (90)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (91)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (92)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (95)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (98)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (99)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (100)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (101)	72.883.523,04	84.105.315,90	63.093.500,51	55.644.496,30	56.863.993,13	28.441.322,77

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

CONTAS PÚBLICAS > BALANÇOS ANUAIS

PESQUISA AVANÇADA

PDF CSV TXT

EXERCÍCIO: 0 DESCRIÇÃO:

Pesquisar

EXERCÍCIO	DESCRIÇÃO
2021	ANEXO 16 - BALANÇO 2021 CONSOLIDADO
2021	ANEXO 15 - BALANÇO 2021 CONSOLIDADO
2021	ANEXO 14 - BALANÇO 2021 CONSOLIDADO
2021	ANEXO 13 - BALANÇO 2021 CONSOLIDADO
2021	ANEXO 12 - BALANÇO 2021 CONSOLIDADO

PRIMEIRO ANTERIOR PRÓXIMO ÚLTIMO

EXIBIR: 5 DE 10 REGISTROS

Diante disso, **considera-se sanada a irregularidade.**

Situação da análise: **SANADO**



3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) Ausência de publicação/divulgação da LDO/2021 nos meios oficiais e Portal Transparência do município, contrariando o disposto no art. 37, CF e art. 48 da LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Em consulta ao Portal Transparência do município de Tapurah (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1) constatou-se a não disponibilização dessa peça orçamentária e seus anexos. Vejamos:

EMENTA: DATA PUBLICAÇÃO: / /

Pesquisar

NÚMERO/ANO	PUBLICAÇÃO	TIPO	NATUREZA	EMENTA
00001342/2020	06/11/2020	LEI ORDINÁRIA	15 - ALTERAÇÃO LDO/LDO/PPA (QUANDO ALTERAR MAIS DE UMA LEI)	ART. 1º FICAM ALTERADAS AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 AUTORIZADA A ATUAL COMPLEMENTAR Nº 11 SUA PUBLICAÇÃO, RESOLUÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PREFEITO MUNICIPAL
00001317/2020	15/07/2020	LEI ORDINÁRIA	6 - LDO	LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PREFEITA MUNICIPAL DE TAPURAH EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI: DISPOSIÇÃO PRELIMINAR ART. 1º - SÃO ESTABELECIDAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 166, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM CONSONÂNCIA COM O ART. 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, E AINDA COM O NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO E NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2021, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NELA INCLUIDA O PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO E O FUNDO DE PREVIDÊNCIA - TAPURAH-PREV, COMPREENDENDO
00000014/2020	11/02/2020	DECRETO	0 - DIVERSOS	DECRETO Nº. 014/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES O SR. IRALDO EBERTZ, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TAPURAH, EM CONJUNTO COM A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE AVALIAR E PROPOR DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO, DECRETA: ART. 1º FICA CONVOCADA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, A SER REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2020, TENDO COMO TEMA CENTRAL: "GARANTIAS E AVANÇOS DOS DIREITOS DAS MULHERES: DEMOCRACIA, RESPEITO, DIVERSIDADE E AUTONOMIA".

Em consulta ao Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (<https://diariomunicipal.org/mt/amm/>) não há registro da publicação da LDO/2021 bem como de seus anexos.

Manifestação da defesa:

A Defesa argumenta que a LDO/2021 (Lei Municipal nº 1317/2020) foi publicada no site do município (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1), no sistema de legislação (<https://leismunicipais.com.br/a1/mt/t/tapurah/lei-ordinaria/2020/132/1317/lei-ordinaria-n-1317-2020-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2021?q=1317%2F2020>), bem como no Diário Oficial de Contas, de 17/07/2020, edição 1954, páginas 100 a 104. Com base nessas alegações, solicita o afastamento da irregularidade.

Análise da defesa:

Sobre o apontamento de que a LDO/2021 não havia sido disponibilizada no Portal Transparência do município, cumpre-nos esclarecer que, quando da elaboração do relatório preliminar, o arquivo da LDO/2021 não



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

consegua ser baixado. A figura a seguir, que consta no relatório preliminar, atestou isso. Vejamos:

https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1

OrchidRoots Bem vindo a Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | ferramenta... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria do ... CADPREV - Sistema de...

EMENTA: DIRETRIZ DATA PUBLICAÇÃO: / / 31

Pesquisar

Adobe Reader

Q Adobe Reader não pôde abrir 'LEI_ORDINÁRIA_Nº1317.2020.pdf' porque não há suporte a esse tipo de arquivo ou ele foi danificado (por exemplo, foi enviado como anexo de e-mail e não foi decodificado corretamente).

OK

NÚMERO/ANO	PUBLICAÇÃO	TIPO	NATUREZA	EMENTA
00001342/2020	06/11/2020	LEI ORDINÁRIA	15 - ALTERAÇÃO LOA/LDO/PPA (QUANDO ALTERAR MAIS DE UMA LEI)	ART. 1º FICAM ALTERADAS AS ORÇAMENTÁRIAS 2021 AUTORIZADA A ATUALIZAR COMPLETAR Nº 1 SUA PUBLICAÇÃO, REVISADO ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITO MUNICIPAL
00001317/2020	15/07/2020	LEI ORDINÁRIA	6 - LDO	LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PREFEITA MUNICIPAL DE TAPURAH EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI: DISPOSIÇÃO PRELIMINAR ART. 1º. SÃO ESTABELECIDAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 165, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM CONSONÂNCIA COM O ART. 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, E AINDA COM O NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO E NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2021, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NELA INCLUÍDA O PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO E O FUNDO DE PREVIDÊNCIA - TAPURAH-PREVI, COMPREENDENDO
00000014/2020	11/02/2020	DECRETO	0 - DIVERSOS	DECRETO Nº. 014/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES O SR. RIVALDO EBERTZ, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TAPURAH, EM CONJUNTO COM A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE AVALIAR E PROPOR DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO, DECRETA: ART. 1º FICA CONVOCADADA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, A SER REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2020, TENDO COMO TEMA CENTRAL: "GARANTIAS E AVANÇOS DOS DIREITOS DAS MULHERES: DEMOCRACIA, RESPEITO, DIVERSIDADE E AUTONOMIA".

Dito isso, agora, na Defesa, em consulta ao Portal Transparência do município (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1), o arquivo da LDO/2021 pôde ser baixado, de forma que fica comprovada a sua disponibilização no Portal Transparência. Vejamos:

https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1

OrchidRoots Bem vindo a Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | ferramenta... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria do ... CADPREV - Sistema de... Transferências a Estad... [bb.com.br] beneficiário

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

LEGISLAÇÃO

PESQUISA AVANÇADA

PDF CSV TXT DECRETOS LEI COMPLEMENTAR LEIS ORDINÁRIAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PORTARIAS

NÚMERO: 1317 ANO: 2020 TIPO: Seleccione NATUREZA: Seleccione

EMENTA: DATA PUBLICAÇÃO: / / 31

Pesquisar

NÚMERO/ANO	PUBLICAÇÃO	TIPO	NATUREZA	EMENTA
00001317/2020	15/07/2020	LEI ORDINÁRIA	6 - LDO	LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PREFEITA MUNICIPAL DE TAPURAH EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI: DISPOSIÇÃO PRELIMINAR ART. 1º. SÃO ESTABELECIDAS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 165, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM CONSONÂNCIA COM O ART. 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, E AINDA COM O NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO E NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2021, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NELA INCLUÍDA O PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO E O FUNDO DE PREVIDÊNCIA - TAPURAH-PREVI, COMPREENDENDO



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

LEI ORDINÁRIA Nº1317/2020-1.pdf - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

1 / 115 73,9%

Marcadores

DD_202122_00501.P
DF

DD_202122_00502.P
DF

DD_202122_00505.P
DF



TAPURAH
PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020

De 15 de julho de 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tapurah em exercício, estado de Mato Grosso, Senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o na Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1964, as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Fundo de Previdência – TAPURAH-PROV, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;
- IV. As diretrizes gerais para a execução dos orçamentos;
- V. As disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;
- VII. Anexo de Metas Fiscais;
- VIII. Anexo de Riscos Fiscais;
- IX. As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2021",

CHAVE 77373030301-1 (Fone: 065 3613 7595) www.tapurah.mt.gov.br

Quanto à publicação da LDO/2021 em meio oficial, em consulta ao site do Diário Oficial de Contas

(<https://servicos.tce.mt.gov.br/diario/#/1954>), constata-se que tal lei foi publicada naquele meio. Vejamos:

<https://servicos.tce.mt.gov.br/diario/#/1954>

OrchidRoots Bem vindo a Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | Ferramenta... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria de ... CADPREV - Sistema de de... Transferências a Estad... tbb.com.br

Nº	Nome	CPF	Profissão	Status
12	Wanda Cristina Nunes da Silva Assunção	—	Enfermeiro	Indeferida
13	Eliane Conceição de Araújo	—	Enfermeiro	Indeferida
14	Mariana Lúcia Santos Soares Polesello	—	Enfermeiro	Indeferida
15	Andreia Lucia Gonçalves Costa	—	Enfermeiro	Indeferida
16	Renate Langhorst	—	Enfermeiro	Indeferida
17	Dailana Coser	017.932.391-46	Farmacêutica Bioquímica	Deferida
18	Karine Melchior	024.229.811-42	Farmacêutica Bioquímica	Deferida
19	Waldemir Paíhares Garcia	—	Médico	Indeferida
20	Vanessa Karina Rocha Pereira	—	Biomedicina	Indeferida

LEGISLAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2020
De 15 de julho de 2020

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 111/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tapurah em exercício, estado de Mato Grosso, Senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei.

parágrafo único do art. 32 da Lei complementar 111/2017 – Código de Obras Municipal, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28. (...) [..]”

§ 2º. Verificado o prosseguimento da obra com desrespeito à intimação, serão impostas as multas de acordo com o disposto no artigo 303 deste código.

Art. 29. Será embargada qualquer obra dependente de alvará cuja execução não for precedida de aprovação pela Prefeitura.

§1º. Todo o infrator que cometer, pela primeira vez, omissão ou ação contrária às disposições deste Código sofrerá uma advertência sob a forma de notificação preliminar, obrigando a interromper e a reparar, se for o caso, a ação infrigente por força deste Código, salvo nos casos:

MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI
Prefeita Municipal em exercício

LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020
De 15 de julho de 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tapurah em exercício, estado de Mato Grosso, Senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o na Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal N. 4.320, de 17 de Março de 1964, as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Fundo de Previdência – TAPURAH-PROV, compreendendo:

I. As prioridades e metas da administração pública municipal;

II. A estrutura e organização dos orçamentos;

III. As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;

IV. As diretrizes gerais para a execução dos orçamentos;

V. As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;

VII. Anexo de Metas Fiscais;

VIII. Anexo de Riscos Fiscais;

IX. As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2021", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais DTN e Normas atuais do TCE-MT.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da

Assim, cumpridos todos os requisitos de transparência, **considera-se sanada a irregularidade.**



Situação da análise: *SANADO*

3.2) *Ausência de publicação/divulgação da LOA/2021 nos meios oficiais e de seus anexos no Portal Transparência do município, contrariando o disposto no art. 37, CF e art. 48 da LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Em consulta ao Portal Transparência do município de Tapurah (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1) constatou-se que o texto da LOA/2021 foi disponibilizado naquele Portal, porém, seus anexos não foram disponibilizados.

Em consulta ao Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (<https://diariomunicipal.org/mt/amm>) não foi encontrada publicação da LOA/2021 e seus anexos.

Manifestação da defesa:

A Defesa argumenta que a LOA/2021 (Lei Municipal nº 1355/2020) foi publicada no site do município (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1), no sistema de legislação (<https://leismunicipais.com.br/a1/mt/t/tapurah/lei-ordinaria/2020/136/1355/lei-ordinaria-n-1355-2020-estima-a-receita-e-fix-a-despesa-do-municipio-de-tapurah-para-o-exercicio-de-2021-e-da-outras-providen>) bem como no Diário Oficial de Contas, de 16/12/2020, edição 2084, páginas 173 e 174. Argumenta, ainda, que os anexos da LOA/2021 foram disponibilizados no Portal Transparência (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/portal_publicacoes). Com base nessas alegações, solicita o afastamento da irregularidade.

Análise da defesa:

Inicialmente, vale destacar que foi apontado no relatório preliminar a não disponibilização dos anexos da LOA/2021 no Portal Transparência do município. Porém, em consulta ao link informado pela Defesa (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/portal_publicacoes), constata-se que tais anexos foram disponibilizados. Vejamos:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

https://www.tce.mt.gov.br/transparencia_tapurah/servlet/portal_publicacoes

OrchidRoots Bem vindo e Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | ferramenta... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria do... CADPREV - Sistema de... Transferências a Estad... [bb.com.br] beneficiário

Pesquisar

TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA PUBLICAÇÃO	EXERCÍCIO
LOA 2021 - LEI ORDINÁRIA 1355/2020	LOA 2021 - LEI ORDINÁRIA 1355/2020	27/06/22	2021
LDO 2021 - LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020	LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020 DE 15 DE JULHO DE 2020 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LDO	27/06/22	2021
EDITAL DE TRANSPARÊNCIA DO BALANÇO DE 2021	EDITAL DE TRANSPARÊNCIA DO BALANÇO DE 2021	11/02/22	2021
RREO 6º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE DE 2021	03/02/22	2021
RGF 3º QUADRIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2021	03/02/22	2021
RREO 5º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 5º BIMESTRE DE 2021	18/11/21	2021
RREO 4º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 4º BIMESTRE DE 2021	30/09/21	2021
RGF 2º QUADRIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2021	30/09/21	2021
RREO 3º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 3º BIMESTRE DE 2021	30/07/21	2021
RREO 2º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 2º BIMESTRE DE 2021	31/05/21	2021
RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2021	31/05/21	2021
RREO 1º BIMESTRE DE 2021 - ANEXOS UNIFICADOS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 1º BIMESTRE DE 2021	31/03/21	2021
AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESTAÇÃO DE CONTAS 3º QUADRIMESTRE DE 2020	CONVITE PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020 (RGF)	12/02/21	2021
ANEXOS DA LOA 2021 - LEI ORDINÁRIA 1355/2020	ANEXOS DA LOA 2021 - LEI ORDINÁRIA 1355/2020	30/12/20	2021

Arquivo Editor Visualizar Imprimir Ferramentas

Abreir 134 101% Ferramentas

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO, TAPURAH - MATO GROSSO				
QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2021 - ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -				
CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
01	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	2.312.000,00	448.000,00	2.760.000,00
01.001	CAMARA MUNICIPAL	2.312.000,00	448.000,00	2.760.000,00
01	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	0,00	0,00	0,00
01.001	CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00
02	GABINETE DO PREFEITO	2.513.500,00	45.000,00	2.558.500,00
02.001	GABINETE DO PREFEITO	885.700,00	40.000,00	925.700,00
02.002	ASSESSORIA DE GOVERNO	615.500,00	0,00	615.500,00
02.003	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	167.700,00	0,00	167.700,00
02.004	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	755.100,00	0,00	755.100,00
02.005	UNIDADE DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO	89.500,00	5.000,00	94.500,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	5.801.500,00	371.000,00	6.174.500,00
03.001	GABINETE DO SECRETARIO	704.000,00	300.000,00	1.004.000,00
03.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.927.500,00	66.000,00	4.993.500,00
03.003	UNIDADE MUNICIPAL DO PROCON	112.000,00	5.000,00	117.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	13.679.400,00	3.951.173,94	17.630.573,94
04.001	GABINETE DO SECRETARIO	858.000,00	287.000,00	1.145.000,00
04.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, ENGENHARIA E PROJETOS	7.933.900,00	1.183.014,20	9.116.914,20
04.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	3.782.000,00	2.466.159,64	6.248.159,64
04.004	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	1.090.500,00	15.000,00	1.105.500,00
04.005	DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTES RODOVIARIOS	5.000,00	0,00	5.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, LAZER E CULTURA	17.741.995,00	2.005.200,00	19.747.195,00
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16.797.000,00	1.935.200,00	18.732.200,00
05.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	254.000,00	20.000,00	274.000,00
05.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	690.995,00	50.000,00	740.995,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.977.600,00	85.000,00	3.062.600,00
06.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.584.600,00	85.000,00	2.669.600,00
06.002	CONSELHO TUTELAR	370.000,00	0,00	370.000,00

Arquivo: Orçamento_1

Página: 1 / 2

Quanto à publicação da LOA/2021 em meio oficial, em consulta ao site do Diário Oficial de Contas (<https://servicos.tce.mt.gov.br/diario#/2084>), constata-se que tal lei foi publicada naquele meio. Vejamos:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

https://servicos.tce.mt.gov.br/diario#/2084

OrchidRoots Bem vindo a Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | ferramenta... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria do ... CADPREV - Sistema de... Transferências a Estad... [bb.com.br] be

Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 9 Nº 2084
Divulgação quarta-feira, 23 de dezembro de 2020

– Página 173
Publicação segunda-feira, 28 de dezembro de 2020

IRALDO EBERTZ
Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

LEGISLAÇÃO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.353, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

SÚMULA: FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TAPURAH PARA A LEGISLATURA DE 2021 A 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado o subsídio dos Vereadores do Município de Tapurah em conformidade com o Artigo 29, inciso VII alínea "b" da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 25/00 para a legislatura 2021 a 2024 nos termos desta Lei.

Art. 2º. Os Vereadores perceberão subsídio mensal em parcela única de valor igual a **R\$ 5.800,00** (cinco mil e oitocentos reais) mensais.

§ 1º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal se constituirá em parcela única no valor de **R\$ 7.300,00** (sete mil e trezentos reais) mensais.

§ 2º. No caso de licenciamento para tratamento de doença devidamente comprovada por atestado médico, o Vereador perceberá sua remuneração de acordo com a legislação que rege o regime de previdência em que estiver vinculado.

§ 3º. A ausência do Vereador à reunião plenária da Câmara, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio de valor proporcional ao número total de reuniões mensais.

Art. 3º. Os subsídios dos Vereadores poderão ser corrigidos anualmente em janeiro de cada ano por Ato do Chefe do Poder Legislativo Municipal, pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Parágrafo Único. Fica vetado qualquer revisão da remuneração

LEI ORDINÁRIA Nº 1.355, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Tapurah para o exercício de 2021 estima a Receita Bruta em **R\$ 75.470.373,84** (setenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), com deduções de **R\$ 8.882.250,00** (oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor líquido de **R\$ 72.089.823,84** (setenta e dois milhões, sessenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo **R\$ 69.510.023,84** (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil, vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), para a administração direta e **R\$ 2.579.800,00** (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e novecentos reais) para a Administração Indireta. Fica a Despesa para a administração direta e indireta em **R\$ 72.089.823,84** (setenta e dois milhões, sessenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo **R\$ 69.510.023,84** (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil, vinte e três reais e oitenta e quatro centavos) para a administração direta e **R\$ 2.579.800,00** (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e novecentos reais) para a administração indireta.

Art. 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
RECEITAS - Valor em Reais (R\$)	
01 – RECEITAS CORRENTES	84.490.023,84
Receita Tributária	9.799.800,00
Receita de Contribuição	972.800,00
Receita Patrimonial	470.823,84

Assim, cumpridos todos os requisitos de transparência, **considera-se sanada a irregularidade.**

Situação da análise: **SANADO**

4) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

4.1) *Ausência de destaque, no texto da LOA/2021, dos recursos do Orçamento Fiscal do município.* - Tópico -

2. **ANÁLISE DA DEFESA**

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

O art. 4º da LOA/2021 destaca o montante do Orçamento da Seguridade Social, porém o valor do Orçamento Fiscal não se encontra destacado nessa peça orçamentária.

Manifestação da defesa:

A Defesa alega que a LOA/2021 (Lei Municipal nº 1355, de 16 de dezembro de 2020) foi aprovada e sancionada no mandato anterior ao seu, motivo pelo qual a irregularidade não lhe pode ser imputada. Informa que a Lei Municipal nº 1399/2021 que trouxe alterações à LOA/2021, em seu art. 4º, consignou os valores do orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Informa ainda, que a LOA/2022, aprovada e sancionada em seu mandato também consignou, textualmente, os valores desses orçamentos. Assim, pede o afastamento da irregularidade.

Análise da defesa:



Procedentes são as alegações da Defesa quanto à impossibilidade de ser imputada responsabilidade ao atual gestor por irregularidades da LOA/2021, aprovada e sancionada em gestão anterior à sua.

Em consulta ao portal Transparência do município (https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1) constata-se que tal irregularidade foi sanada com a publicação da Lei Municipal nº 1399/2021, mais precisamente em seu art. 4º, conforme pode-se confirmar nas figuras a seguir. Vejamos:

https://www.gp.srv.br/transparencia_tapurah/servlet/institucional_v2?1

OrchidRoots Bem vindo a Intranet! Entre | AssinadorWEB iLovePDF | ferramentas... FNDE: SIGEF 11.02.202... Siconfi - Secretaria do ... CADPREV - Sistema de... Transferências e Estad... [bb.com.br] beneficiário

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

LEGISLAÇÃO

PESQUISA AVANÇADA

NÚMERO: 1399 ANO: 2021 TIPO: Seleccione NATUREZA: Seleccione

EMENTA: DATA PUBLICAÇÃO: / / 31

Pesquisar

NÚMERO/ANO	PUBLICAÇÃO	TIPO	NATUREZA	EMENTA
00001399/2021	06/10/2021	LEI ORDINÁRIA	12 - ALTERAÇÃO LDA	O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI: ART. 1º. O ART. 24 DA LEI ORDINÁRIA Nº 1317/2020, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: "ART. 24. A LEI ORÇAMENTÁRIA CONTERÁ RESERVA DE CONTINGÊNCIA EM MONTANTE EQUIVALENTE AO MÁXIMO DE 1,0% (UM POR CENTO), DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, QUE SERÃO DESTINADOS, ATRAVÉS DE DECRETO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO DE RISCOS ORÇAMENTÁRIOS E RISCOS DA DÍVIDA, CONFORME ESPECIFICADOS ANEXO DE RISCOS FISCALIS"

"Art. 4º O Orçamento Fiscal do Município terá o montante de 51.565.668,84 (cinquenta e um milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). E o Orçamento de Seguridade Social do Município, R\$ 20.504.255,00 (vinte milhões, quinhentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), ambos, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, assim discriminado:"

Com base nessas alegações, considera-se sanada a irregularidade.

Situação da análise: **SANADO**

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Propõe-se ao Relator que recomende ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

- a) que, quando da elaboração do orçamento, leve em consideração a série histórica das receitas e despesas do último triênio, visando compatibilizar a execução orçamentária com o planejamento orçamentário.
- b) que contabilize apenas nas fontes 18, 19 e 31, função 12, subfunções 361 e 365, natureza de



despesa 1, todas as despesas com a remuneração e valorização dos profissionais da educação básica.

c) que garanta a aplicação do percentual mínimo de 25%, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, na educação e desenvolvimento do ensino. Importante destacar que o percentual faltante para o atingimento dos 25% (1,29%), deverá ser complementado até o exercício de 2023, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 119 da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 19/2022.

d) que aprimore as técnicas de previsão de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize tais metas com as peças de planejamento.

4. CONCLUSÃO

Da análise da Defesa apresentada, conclui-se por sanar os achados 1.1 da Irregularidade 1, 2.1 da Irregularidade 2, 3.1 e 3.2 da Irregularidade 3, e 4.1 da Irregularidade 4.

4.1. RESULTADO DA ANÁLISE

Segue resultado da análise da Defesa das Contas Anuais de 2021 da Prefeitura Municipal de Tapurah.

CARLOS ALBERTO CAPELETTI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_99. Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) SANADO

2) CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

2.1) SANADO

3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) SANADO



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

3.2) SANADO

4) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

4.1) SANADO

Em Cuiabá-MT, 5 de Agosto de 2022.

MAURO ANDRE BORGES
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Defesa - FUNDEB 70 - Fonte 01

APÊNDICE - A

Defesa - FUNDEB 70 - Fonte 01

Data	Nº da Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Anulada Empenho	Fonte	Função	SubFunção	Programa	Nº do Projeto/Atividade	Dotação	Categoria Econômica	Natureza da Despesa	Modalidade aplicação	Elemento da Despesa	Subelemento da Despesa	Descrição
25/06/2021	002895/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	14.637,68	14.637,68	14.637,68	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 06/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
25/06/2021	002898/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	9.338,78	9.338,78	9.338,78	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 06/2021 - SUBFOLHA: 27 - FUNDEB 40 - CRECHE - EFETIVO
08/07/2021	003157/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	5.266,97	5.266,97	5.266,97	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 07/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
27/07/2021	003460/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	9.539,60	9.539,60	9.539,60	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 07/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
27/07/2021	003450/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	9.320,77	9.320,77	9.320,77	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 07/2021 - SUBFOLHA: 27 - FUNDEB 40 - CRECHE - EFETIVO
03/08/2021	003533/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	1.187,96	1.187,96	1.187,96	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 2 - FÉRIAS SERVIDORES, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
27/08/2021	003933/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	67.248,17	67.248,17	60.228,71	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.11.01	3	1	90	11	1	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
27/08/2021	003933/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	47.783,15	47.783,15	40.908,68	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.04.05	3	1	90	4	5	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 20 - FUNDEB 60 - CRECHE - CONTRATOS
27/08/2021	003935/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	48.897,98	48.897,98	42.766,09	-	1	12	361	211	20015	3.1.90.04.05	3	1	90	4	5	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 22 - FUNDEB 60 - ENS. FUNDAMENTAL - CONTRATO
27/08/2021	003936/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	62.032,20	62.032,20	61.717,72	-	1	12	365	212	20021	3.1.90.11.01	3	1	90	11	1	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 23 - FUNDEB 60 - PRE ESCOLA - EFETIVO
27/08/2021	003939/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	9.168,60	9.168,60	8.458,99	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.04.01	3	1	90	4	5	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 28 - FUNDEB 40 - CRECHE - CONTRATO
27/08/2021	003940/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	70.912,27	70.912,27	47.356,91	-	1	12	361	211	20015	3.1.90.11.01	3	1	90	11	1	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 29 - FUNDEB 40 - ENSINO FUNDAMENTAL - EFETIVO
27/08/2021	003991/2021	INSS	10.970,99	10.970,99	10.970,99	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.13.02	3	1	90	13	2	VALOR QUE SE EMPENHA REF. INSS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 20 - FUNDEB 60 - CRECHE - CONTRATOS
27/08/2021	003994/2021	INSS	2.105,10	2.105,10	2.105,10	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.13.02	3	1	90	13	2	VALOR QUE SE EMPENHA REF. INSS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 28 - FUNDEB 40 - CRECHE - CONTRATO
27/08/2021	004018/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	13.345,63	13.345,63	13.345,63	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
27/08/2021	004019/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	36.208,77	36.208,77	36.208,77	-	1	12	361	211	20015	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 21 - FUNDEB 60 - ENS. FUNDAMENTAL - EFETIVO
27/08/2021	004020/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	12.218,41	12.218,41	12.218,41	-	1	12	365	212	20021	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 23 - FUNDEB 60 - PRE ESCOLA - EFETIVO
27/08/2021	004021/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	8.949,63	8.949,63	8.949,63	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 27 - FUNDEB 40 - CRECHE - EFETIVO
27/08/2021	004022/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	14.413,15	14.413,15	14.413,15	-	1	12	361	211	20015	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 1 - FOLHA NORMAL, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 29 - FUNDEB 40 - ENSINO FUNDAMENTAL - EFETIVO
31/08/2021	004151/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	16,23	16,23	15,96	-	1	12	365	212	20018	3.1.90.11.01	3	1	90	11	1	VALOR QUE SE EMPENHA REF. A FOLHA 17 - FOLHA COMPLEMENTAR, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
31/08/2021	004161/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	3,67	3,67	3,67	-	1	12	365	212	20018	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 17 - FOLHA COMPLEMENTAR, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 19 - FUNDEB 60 - CRECHE - EFETIVOS
31/08/2021	004162/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	58,77	58,77	58,77	-	1	12	361	211	20015	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 17 - FOLHA COMPLEMENTAR, REFERENTE AO MES: 08/2021 - SUBFOLHA: 21 - FUNDEB 60 - ENS. FUNDAMENTAL - EFETIVO
02/09/2021	004205/2021	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	494,13	494,13	494,13	-	1	12	361	211	20015	3.1.91.13.03	3	1	91	13	3	VALOR QUE SE EMPENHA REF. RPPS DA FOLHA 4 - RESCISAO DE SAMARA PAULA DA COSTA, REFERENTE AO MES: 09/2021 - SUBFOLHA: 21 - FUNDEB 60 - ENS. FUNDAMENTAL - EFETIVO
Total FUNDEB 70% - Fonte 01			454.118,61	454.118,61	379.511,07	-												